

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.957 - RS (2019/0302327-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : DEIVI DA CUNHA (PRESO)
ADVOGADO : CARMELINA SILVA DA SILVA - RS101059
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Deivi da Cunha** – preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas –, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 0218786-40.2019.8.21.7000), mantendo a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito da comarca de Capão da Canoa/RS (Autos n. 0003218-78.2019.8.21.0141).

Alega a defesa, em síntese, constrangimento ilegal na decretação da prisão preventiva do ora recorrente, pois *a decisão de primeiro grau além de estar eivada de ausência total dos requisitos autorizados e fundamentações para ensejar o decreto prisional cautelar, encontra-se contraditória no mesmo texto ao ponto que não revogou a liberdade provisória concedida a ora ré, igualmente primária e com as mesmas condições de permanecer em liberdade como o paciente* (fl. 8).

Postula, então, o conhecimento e provimento liminar do recurso, a fim de que seja revogada a prisão preventiva imposta.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente em se tratando de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, o Magistrado singular consignou que embora o ora recorrente seja primário, ele *guarda relação com entorpecentes em vista de responder a vários processos de posse de entorpecente e responder em concurso material por porte de arma de fogo na ação em apenso* (fl. 38), razão pela qual não verifiquei coação ilegal manifesta.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Instruídos os autos, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

